



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBILIS

Lucindo José de Lima

**Contabilidade pública: Uma análise do conhecimento adquirido
pelos discentes concluintes 2015.2 do curso de ciências contábeis
do campus VI - UEPB**

MONTEIRO
2016

Lucindo José de Lima

Contabilidade pública: Uma análise do conhecimento adquirido pelos discentes concluintes 2015.2 do curso de ciências contábeis do compus VI - UEPB

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em ciências contábeis da universidade estadual da Paraíba, em cumprimento a exigência para a obtenção do grau de bacharel em ciências contábeis.

Orientador: Prof. MSc. Marônio Monteiro do Rêgo

**MONTEIRO
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732c Lima, Lucindo José de.

Contabilidade Pública [manuscrito] : uma análise do conhecimento adquirido pelos discentes concluintes 2015.2 do curso de Ciências Contábeis do Campus VI - UEPB / Lucindo José de Lima. - 2015.

45 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2015.

"Orientação: Prof. Me. Marônio Monteiro do Rêgo, Departamento de Ciências Contábeis".

1. Contabilidade pública. 2. Estrutura curricular - Ciências Contábeis. 3. Ensino superior. I. Título.

21. ed. CDD 378.199

Lucindo José de Lima

Contabilidade pública: Uma análise do conhecimento adquirido pelos discentes concluintes 2015.2 do curso de ciências contábeis do compus VI - UEPB

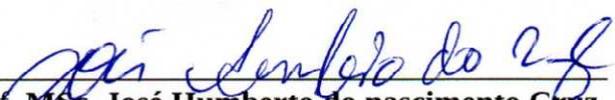
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em ciências contábeis da universidade estadual da Paraíba, em cumprimento a exigência para a obtenção do grau de bacharel em ciências contábeis.

Orientador: Prof. Me. Marônio Rego

Aprovada em: 25 / 05 / 2016 _____.

BANCA EXAMINADORA


Prof. **MSc. Marônio Monteiro Rêgo** (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. **MSc. José Humberto do nascimento Cruz**
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. **MSc. Gilberto Franco de Lima Junior**
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu pai, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus o todo poderoso, a minha esposa, Maria Conceição Uchoa, pelo enorme apoio durante esses anos de curso.

À meu orientador professor Marônio Monteiro do Rêgo, pela fundamental e imensurável contribuição durante elaboração desse trabalho em todas as etapas da pesquisa.

Ao meu pai, José Josias de Lima, a minha mãe, Eliza de Maria de Lima, aos meus imaos, Cícera, Lucineide, Aline, Lucinalva, Luciene e Claudio pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

A todos os professores do Curso de Ciências Contábeis do CCHE / UEPB, pela participação direta no nosso aprendizado.

Aos funcionários do CCHE/ UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.
Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“Citação relacionada com o tema do trabalho, com indicação de autoria.”

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise do conhecimento adquirido pelos discentes concluintes 2015.2 do curso de ciências contábeis do campus- VI UEPB. Bem como, saber se estes estão providos a atuar no seguimento da contabilidade pública. Nesse sentido a pesquisa busca verificar a percepção dos referidos discentes do último período do CCHE/UEPB, em relação a componente curricular de contabilidade pública e suas perspectivas com área e nível de conhecimento dos mesmos. Para atingir o objetivo proposto vale-se de uma pesquisa de natureza qualitativa porque busca respostas com esse respectivo cunho, mas também é de caráter quantitativo porque espera obter maior quantidade de respondentes. Para tanto, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos metodológicos os quais caracterizam a presente pesquisa: revisão bibliográfica, documental e de pesquisa de campo. Na pesquisa de campo foi aplicado um questionário com 29 discentes do oitavo e nono período do curso de ciências contábeis do CCHE, sendo respondidos todos. Também foram convidados a participar dois docentes do CCHE que já administraram aulas no componente de contabilidade pública. Os resultados da pesquisa apontam que a maioria dos discentes tem interesse em trabalhar no seguimento da área pública, porém, entendem que os conteúdos ministrados são insuficientes para sua preparação para este mercado, os mesmos defende que a nossa grade curricular devia dar mais ênfase a contabilidade pública.

Palavras-chaves: Contabilidade Pública, Estrutura Curricular, Ensino.

ABSTRACT

This study aims to analyze the knowledge acquired by students graduating 2015.2 of the accountancy course of campus- VI UEPB. And, whether these are provided to act in the wake of public accounting. In this sense the research aimed to verify the perception of the students of the last sentence of CCHE / UEPB in relation to public accounting discipline and their prospects with the area and level of knowledge of them. To achieve this purpose we used a qualitative research because search quality responses, but also quantitative nature because it expects to obtain greater amount of respondents. And the following methodological procedures were performed: bibliographical, documentary and field research. In the field research was a questionnaire with 29 students of eighth and ninth semester of the accounting CCHE sciences, and answered all. The survey results indicate that most students are interested in working following the public area, however, understand that the contents taught are insufficient for their preparation for this market, the same holds that our curriculum should give more emphasis on accounting public.

Key words: public accounting. Grid curriculum. Teaching.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
CCHE	Centro de Ciências Humanas e Exatas
LOA	Lei Orçamentária Anual
LDO	Lei de Diretriz Orçamentária
STN	Secretária do Tesouro Nacional
SIAFI	Sistema Integrado da Administração Financeira
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamento Contábil
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Público
RFB	Receita Federal do Brasil
SUSEP	Superintendência de Seguro Privado
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IPSAS	Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IASB	<i>International Accounting Standard Board</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Início da contabilidade pública no Brasil.....	14
2.2 O ensino da contabilidade pública no Brasil	14
2.3 O Desenvolvimento da base legal da contabilidade pública no Brasil.....	15
3. ORÇAMENTO PÚBLICO	20
3.1 A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público	22
3.2 As técnicas e procedimentos de ensino realizados na CCHE/ UEPB.....	23
4. METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	25
5. ANÁLISE DOS DADOS	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
ANEXO I	39
ANEXO II	41
ANEXO III	43

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade pública é uma das áreas mais nobres da contabilidade, é ramo que estuda, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública; o patrimônio público e suas variações (ROSA, 2013, pg.18), ou então é uma componente curricular que se aplica ao estudo sobre a coisa pública, por assim dizer se debruçar sobre a matéria pertinente ao erário auspiciado sobre o olhar atento das ciências contábeis. Refere-se, portanto, as técnicas de registro e apuração contábeis em harmonia com as normas da lei de Responsabilidade Fiscal, dentre outros ordenamentos jurídicos. Ela, a contabilidade pública, tem seu marco inicial no Brasil com a chegada de Dom João VI por volta de 1808, que objetivava o controle e organização das finanças da então colônia e agora se firmando estado brasileiro. Deste marco em diante, deu-se a criação de várias políticas de ensino do referido componente pelo país afora com o intuito de suprir as necessidades que permeava a área pública (LOPES de SÁ, 2008. Pag.66).

Nesse sentido, o ensino contábil seguia se materializando em nosso País para atender a essa e outras necessidades, as quais só cresciam com o passar do tempo. Especialmente com o aumento da riqueza e centralização do erário público. Vê-se já aí a necessidade de sistemas que propiciasse o controle e o aprimoramento, do que hoje se concebe por incumbência do estado, ou seja, a atividade fim e crucial em produzir para a sociedade uma maior transparência da versarão dos recursos públicos.

Noutro ponto de nossa história, desta feita um tanto quanto mais recente, já no século passado. Diante de um cenário de efervescência política, motivada por desajustes de ordem social e instabilidade governamental, o país passou por um momento de alternância no modo democrático do exercício da gestão pública. Desse arcabouço eclodiu a lei nº 4.320 de 1964, e de várias outras, nas décadas que se seguiram. Exemplo disso é a Carta Magna de 1988. Nessa mesma esteira, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, de nº 101 de 2000, na qual o ensino da contabilidade pública, também se baseia para qualificar pessoas que possam ajudar os governantes a administrar a coisa pública com mais eficiência.

Visto o decorrer da história acima aludida, as universidades se utilizam desses conhecimentos e pressupostos, construídos através de um processo histórico, para ensinar o componente curricular de contabilidade pública em suas respectivas grades curricular. Fazendo cumprir o objetivo maior que é corresponder às expectativas das demandas daqueles que almejam o aprendizado e, por conseguinte trabalhar neste seguimento.

Entretanto, não obstante, as academias, com seus métodos de ensino e aprendizagem conseguem corresponder a tais expectativas. Diante de tal cenário, e vislumbrando investigar, se o ensinamento de tal componente curricular, atende as expectativas de nossos formandos do curso de ciências contábeis UEPB/CCHE, é que se faz senhor perguntar: Estão os discentes, formandos 2015.2, do curso de ciências contábeis, CCHE, da UEPB, providos a atuar no seguimento da contabilidade pública?

No intuito de se cumprir com uma estruturação do trabalho e estabelecer o objetivo geral que atenda ao que preceitua a pergunta problema deste é que se buscou estabelecer tal oportuno. Investigar se os formandos 2015.2, do curso de ciências contábeis, do CCHE/ UEPB, têm conhecimento suficientes para ingressar no seguimento da área pública. Tendo por objetivos específicos e norteadores, os que se listam a seguir:

* Discorrer sobre o processo histórico de ensino e aprendizagem do conteúdo da contabilidade pública no Brasil.

* Verificar quais as técnicas e procedimentos adotados na prática do ensino de contabilidade pública no âmbito do CCHE/UEPB.

* Avaliar, através de questionários, a percepção de desenvolvimento de aprendizado do discente sobre *o componente curricular* de contabilidade pública.

* Apontar propostas que sugiram o caminho facilitador a ser percorrido pelos que se interessam no aspecto de ensino e aprendizagem da contabilidade pública.

Quanto à relevância do a pesquisa é justificável por ser um tema pouco explorado na academia, desta forma pode contribuir para o conhecimento científico, e aprimoramento desta. Já para sociedade, o presente trabalho se justifica, pois, o componente curricular de contabilidade pública contribui para produção de informações úteis para um mecanismo do controle social. No que diz respeito ao profissional contábil, o presente trabalho se torna importante por reunir um conjunto dos principais aspectos relacionados à lei de responsabilidade fiscal, a nova contabilidade aplicada ao setor público bem como o orçamento público, por isso, se torna recomendável para todos profissionais envolvidos na área pública.

O trabalho encontra-se organizado em seis capítulos. No primeiro capítulo, trata-se da introdução onde estão propostos os objetivos; geral, específico e a justificativa. Já no segundo capítulo, trata-se do referencial teórico, onde se faz uma explanação sobre os conceitos e atribuições da contabilidade pública nos órgãos governamentais. No terceiro capítulo, evidencia as formas de orçamentos do setor público. Em seguida vem o quarto, com as descrições dos procedimentos metodológicos e processamento dos dados coletados na pesquisa. No quinto capítulo, é apresentadas as análises e interpretações dos dados. E no último capítulo, são apresentados os seus respectivos resultados e as considerações finais, seguem-se as referências.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Início da contabilidade pública no Brasil

A origem da contabilidade pública no Brasil é datada com a chegada da Família Real no ano de 1808. Dão João VI o então monarca primaz do Brasil, trouxe em sua companhia, contadores públicos para ajudar a organizar as finanças do estado. Cujas razões ancoravam-se na intenção de promover a abertura dos portos às nações amigas, leia-se Inglaterra. Bem como, ter maior controle na cobrança de impostos. Nesse sentido, o país começava a se preparar para o desenvolvimento. No ano seguinte, fundou as aulas de comércio no Rio de Janeiro, tendo estas se espalhado por diversos estados Países a fora, as quais detinham em sua grade curricular a cadeira de contabilidade governamental. (LOPES de SÁ, 2008. Pag.66).

2.2 O ensino da contabilidade pública no Brasil

O ensino contábil, só teve uma expressiva revolução em razão do que o governo estabelecera em lei em 1809, quando criou a contadoria do reino no Brasil, e que determinava que só pessoal habilitado devia compor a instituição referida, em seguida estabeleceu a regulamentação de cursos regulares de preparação contábil e pertinentes às necessidades de tal desempenho. O aprendizado da contabilidade pública era rudimentar, mas necessário ao passo que administração pública se consolidava no Brasil.

A metodologia de ensino utilizada alicerçava-se na escola italiana, que tinha uma preocupação elevada com o registro contábil, debitar e creditar, em vez de informar, que é a razão de ser da contabilidade, hoje conhecida graças a intervenção da escola desenvolvimentista anglo-americana, antes, nada disso se conhecia a não ser um instrumento capaz de servir como prestação de contas para seus autores.

Em 1919 foi um ano marcante para contabilidade pública em nossa *terraafime brasilis*, pois vários decretos foram baixados a fim de estabelecer instruções para implantação da Diretoria Geral da contabilidade (tesouro nacional), foi também apresentado o modelo de padronização dos métodos das partidas dobradas, que já era ensinado nas aulas de contabilidade governamental, mas que agora se tornou obrigatório para todos os órgãos da administração pública.

Nesse sentido, o ensino contábil seguia se materializando no País para atender a essa e outras necessidades, as quais só cresciam com o passar do tempo. Especialmente com o aumento da riqueza e centralização do erário público, os sistemas de controle passam a carecer de aprimoramento, a fim de produzir para a sociedade uma maior transparência desses recursos.

É com as necessidades impostas, devido os avanços promovidos pelo processo histórico, que por volta de 1924, a classe contábil se uniu para realizar vários eventos (congresso de contabilidade) pelo país, com o objetivo de forçar as autoridades a criação de órgãos competentes, bem como, a regulamentação de curso superior de ciências contábeis que pudessem contribuir de forma significativa para a promoção do ensino contábil no Brasil.

Isso pode ser confirmado nas palavras de (Castro e Garcia, 2008, p.249):

Na primeira metade do século passado, surgiram o Conselho Federal de Contabilidade a Faculdade de Economia e Administração de São Paulo, onde formou-se o primeiro núcleo de pesquisa na área contábil do país, representando um passo importante para o desenvolvimento da área, em seguida criou o curso de ciências contábeis, possibilitando aos concluintes o título de bacharel em ciências contábeis.

Apenas no ano de 1946, é que se têm instituídos o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e a Faculdade de Administração e Economia da Universidade Estadual de São Paulo, que mais tarde ficaria conhecida pela sigla FEA/USP. Nesse sentido, a ciência contábil, ganhou sua então, base para desenvolvimento de pesquisas. Esses pesquisadores já eram influenciados pelos conceitos da escola norte-americana que introduzia mudanças de foco nesta ciência, enquanto fonte de informação. Somando essa visão com a da antiga escola européia, corroboram com a formação de um contabilista um tanto quanto mais completo, isto é, tanto na teoria quanto na prática.

2.3 O Desenvolvimento da base legal da contabilidade pública no Brasil

A fim de ensejar o crescimento do ensino contábil, a área pública apresenta seu arcabouço, com a criação da lei 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle do orçamento da união, dos estados dos municípios e distrito federal, bem como, discriminou os impostos e as formas de arrecadação que é indispensável para o funcionamento do estado, o que se confirmou no diploma legal 5.172-25/10/1966 o código tributário nacional - CTN. Por meio deste dispositivo legal, a 4.320/1964, que foi considerado para época espantosamente atualizado, foi dedicado um capítulo específico para a contabilidade pública que estabelecia as normas de escrituração e a estrutura das demonstrações contábeis de então.

Há bom tempo, os gestores públicos necessitavam de instrumento que oportunizasse o acesso as informações sobre a coisa pública, por assim dizer, produzissem para a sociedade, sob a forma de informações, as ações desenvolvidas pelo o estado. Desta forma, a ciência contábil dedicada à área pública, explicando de maneira exemplar os efeitos das ações de governo no patrimônio e nas finanças públicas, bem como a repercussão nos resultados do atendimento a demanda da sociedade.

O conteúdo da grade curricular foi se alterando com as necessidades criadas pelos os governos que tinha o dever de melhorar a gestão pública, isso deu origem há mais um decreto, nº 200/1967, que dispunha sobre a regulamentação do plano de contas único para a administração direta federal, na tentativa de padronizar a contabilidade em nível federal. O mesmo apontava para o desenvolvimento do sistema de custo dos serviços no setor público, e outros dentro da administração pública.

Mesmo com a criação de uma sequência de normas no período do regime militar para o avanço das finanças públicas no Brasil, a contabilidade não estava cumprindo o seu papel original que é produzir informação confiável para a tomada de decisão. Nessa época, a administração pública desenvolveu métodos e processos que aprofundavam a centralização da decisão e aumentava a burocracia e a falta de transparência. O governo não tinha noção dos seus gastos com a coisa pública, pois se administrava com base no caixa do governo federal controlado em contas do banco do Brasil. Para poder calcular o montante de certas despesas, carimbavam-se as contas e fixavam-se os dias de pagamento: existia o dia do pagamento da folha e, pelo o saldo, era verificado o quanto havia ocorrido de baixa: esse era o gasto com pessoal; depois vinha dia da dívida, e assim por diante. Apesar de o controle do Banco do Brasil ter outra finalidade, para o governo esse era o meio mais rápido de obter a informação. Esse método, muito criticado pelos órgãos internacionais, os quais pediam urgência no sentido de corrigir a situação da falta de informações sobre as finanças públicas no país (CASTRO e GARCIA, 2008, pg. 100).

Outro ponto que impedia à contabilidade de ser uma efetiva referência para informação na área pública, era a inflação extremamente elevada, o que fazia com que a moeda deixasse de ser uma referência. Como consequência, a contabilidade pública, que utilizava a moeda nacional como base, perdia sua capacidade de informar. Com isso, a economia do país estava totalmente indexada, de forma que a inflação passada alimentava a futura e a bola de neve dos preços aumentava cada vez mais, prejudicando sobremaneira a informações.

Além da inflação galopante o governo tinha outros problemas (CASTRO e GARCIA, 2008, pg. 101), aludem:

A estrutura do governo também concorria para as dificuldades, pois diversos órgãos cuidavam das finanças públicas: um arrecadava, mas vários faziam a execução, sendo que cada um tinha um critério e trabalhava com conceitos diferentes, tornando difícil a consolidação e a padronização das informações.

Diante desse cenário, havia a necessidade de um sistema de informações gerenciais confiáveis e tempestivas para toda a administração pública, que integrasse e compatibilizasse os números disponíveis nos diversos órgãos espalhados por todo o território nacional. Desta forma o Governo Federal precisava apresentar um instrumento que fosse capaz de solucionar esses problemas.

Conforme informações disponíveis no site da Secretária do Tesouro Nacional - STN, até 2016.

A STN definiu e desenvolveu, em conjunto com o SERPRO, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI em menos de um ano, implantando-o em janeiro de 1987, para suprir o Governo Federal de um instrumento moderno e eficaz no controle e acompanhamento dos gastos públicos¹.

Com o SIAFI, as dificuldades de administração dos recursos públicos que apontamos acima ficaram solucionadas. Hoje o Governo Federal tem uma Conta Única para gerir, de onde todas as saídas de dinheiro ocorrem com o registro de sua aplicação e do servidor

público que a efetuou. Trata-se de uma ferramenta poderosa para executar, acompanhar e controlar com eficiência e eficácia a correta utilização dos recursos da União. Dessa forma a contabilidade pública passa a cumprir seu papel que é fornecer informação para tomada de decisão.

De acordo com outros estudiosos da área pública, o Sistema Integrado da Administração Financeira - SIAFI tem alcançado satisfatoriamente seus principais objetivos (LIMA e CASTRO, 2007, pg.98).

- a) prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da administração pública.
- b) fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal;
- c) permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da administração pública federal;
- d) padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestão;

Conforme observado acima, o governo resolveu seu problema com implantação do SIAFI. Contudo, cabível se faz a verificação das conseqüências disso no ensino e aprendizado da contabilidade pública, pois, a final, o STN reformulou o plano de contas para implantar o plano de contas único o que resultou na inclusão das inovações da tabela de eventos. Nesse sentido, se faz a apreciação da situação anterior referente a área pública, onde o normal e corriqueiro era pagar e depois registrar. No entanto, com essa ferramenta, a lógica foi invertida, ou seja, só pagar se já estiver registrado e só registrar se estiver correto e com todos os dados necessários ao registro (CASTRO e GARCIA, 2008, pg. 110).

Esse mecanismo passou a existir a partir do fato financeiro, pois todos os demais registros nos sistemas orçamentário, patrimonial e de compensação passaram a ser feitos automaticamente por meio de evento financeiro, por partidas contábeis inseridas no seu roteiro, como uma lógica interna do sistema. A complexidade dos registros passou a estar resolvida com a criação do evento. Na prática, voltou-se à partida simples, pois ele promove os lançamentos complementares não só dos sistemas, mas também contrapartida do fato. Dessa forma, o entendimento da racionalidade da maioria dos eventos financeiros é a de se ter um só lançamento, já que os demais estão inseridos no sistema (CASTRO e GARCIA, 2008, 111).

O que de fato ressalta no olhar atento dos dedicados a coisa pública é sobre tudo no que tange aos aspectos dos lançamentos automáticos, sendo estes não mais concessivos a erros, ou seja, o erro humano foi eliminado, bem como aquelas diferenças que apresentavam nos demonstrativos peculiares ao público. A automação foi construída partindo-se do pressuposto de que apenas um lançamento é informado manualmente (partida simples), ou seja, só pode existir o débito ou crédito indicado; a contrapartida e os lançamentos reflexos

devem ser da máquina, o que não permite erros por falta de complemento ou valores diferentes.

A Partir desta condição posta, e com o advento de ensinância de tais práticas, o discente encontrou grande dificuldade para o aprendizado da contabilidade e o funcionamento do SIAFI. Em primeiro lugar pela dificuldade natural de entendimento da lógica do débito e crédito, até então praticada sob o auspicioso pressuposto da metodologia do Franciscano Paciole, e depois, pelo distanciamento provocado pelo que era ensinado nos cursos frente à prática do dia-a-dia da área pública. O aprendizado inadequado deste componente curricular terminava por desmotivar o discente e, por conseguinte comprometia o curso.

Como consequência se fez necessário que diversas universidades pelo país a fora fizessem convênio com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para ter acesso ao SIAFI, e poder ensinar aos discentes a entender o funcionamento e se familiarizar com essa nova metodologia. Dessa forma, foi permitido que o discente, com uma senha individual, acessasse o ambiente SIAFI no módulo treinamento e, com isso, passasse a conhecer na prática, aquilo que esperava ter aprendido, em termos teóricos, nas salas de aulas.

Na época, meado dos anos (1990), esse treinamento foi largamente aceito pelos discentes, no entanto, foram apresentadas muitas dificuldades por parte destes tendo em vista que ao utilizarem os terminais, por falta de entendimento dos conceitos e da lógica contábil, procediam aos lançamentos com erro contábil, por assim dizer com dados incompletos ao registro, isso conduzia o computador a ficar bloqueado, enquanto não houvesse os devidos ajustes ao erro ou completasse os dados. Esse problema se apresentava em toda universidade que usava o SIAFI em seu ambiente experimental, o que acabou fazendo com que muitas delas desistissem de utilizar esse importante instrumento de aprendizagem e ensino. (CASTRO e GARCIA, 2008, pg. 252).

Já os professores envolvidos com o ensino da contabilidade pública passaram a pesquisar as causas de tais problemas. A esse respeito (CASTRO e GARCIA, 2008, pg. 252) diz que:

Comecei a pesquisar as causas dos problemas e observei que não eram problemas de máquina nem de lógica de sistema que dificultava o treinamento, mas sim de falta de base do discente e, principalmente, da cultura do ensino de priorizar a forma de debitar e creditar em vez de fazer o discente entender o objetivo da contabilidade e saber as principais informações que se esperava dela, já que os registros do débito e crédito eram automáticos no SIAFI. Ou seja, o que mais se ensinava ao discente durante os primeiros anos, que era debitar e creditar, a máquina já fazia automaticamente e os discentes, mesmo assim, sequer sabiam como ela fazia, fato agravado na área pública, porque as partidas contábeis são de quarta fórmula, ou seja, vários débitos e créditos nos diversos sistemas contábeis.

Tendo sido constatado que os discentes não compreendiam que de fato era de contabilidade pública que se versava, muito embora tivessem sido ensinados a debitar e creditar respectivamente, ao em vez de ensinar o verdadeiro objetivo da contabilidade, que nesse sentido, se coaduna com a produção da informação contábil.

Não obstante, todas essas dificuldades apresentada pelos os discentes no aprendizado da matéria, foi proposto à reformulação do ensino da contabilidade pública, de forma que o

discente tenha primeiro a oportunidade de compreender o sentido dos demonstrativos e das principais informações que deve produzir. Dessa forma o estudante torna-se ainda mais motivado em aprender a forma de registrar (débitos e créditos) quando se conhece, primeiro, as demonstrações contábeis e, em seguida, o método das partidas dobradas. Ou seja, aprende com mais facilidade os registros quando se conhece os demonstrativos que serão gerados.

Após essa etapa de conhecimento das informações e da lógica dos registros, foi proporcionada ao discente a utilização de recursos dispostos na planilha do *Excel* no intuito de que este viesse a exercitar os lançamentos de atos e fatos em contas do balancete, deixando que o complemento seja feito automaticamente. Ou seja, automatizar uma parte do lançamento (ou o débito ou o crédito) e os demais lançamentos, ficou a cargo dos sistemas complementares orçamentário, patrimonial e de compensação, pois a fórmula matemática inseridas no respectivo aplicativo produz os lançamentos complementares (CASTRO e GARCIA, 2008, pg.253).

Esta nova forma de apresentação teve como objetivo facilitar o entendimento da contabilidade e proporcionar nova metodologia de ensino, induzindo o discente a uma reflexão da razão de ser da contabilidade, fazendo com que ele associe os lançamentos contábeis com os demonstrativos, além de estimular o raciocínio contábil e a análise de resultado.

Essa substituição manual do débito e crédito, pela a lógica dos lançamentos automáticos e de utilização de eventos contábeis no SIAFI, contribui de forma positiva para evitar erros, melhorar a qualidade e dar rapidez às informações bem com permitir melhor utilização do tempo dos técnicos envolvidos na execução da contabilidade pelo o fato de deixarem a parte formal dos registros para a máquina fazer automaticamente.

2. ORÇAMENTO PÚBLICO

É o ato pelo qual o Poder Legislativo aprova e autorizam aos demais Poderes (Executivo, Judiciário, Ministério Público e Legislativo), por um período determinado, a realização das despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos em geral e outros fins previstos em políticas econômicas, bem como prevê a arrecadação de receitas do poder público.

Expressando de outra forma, o orçamento é uma prévia autorização do Legislativo para que o poder público arrecade as receitas e execute as despesas num período determinado. Ao contrário da iniciativa privada, o orçamento e planejamento públicos são obrigatórios e estão previstos no texto Constitucional de 1988, em seus artigos, nº165 a 169, e regulamentados em diversas normas, entre elas, a Lei no 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF de 2000, e demais Portarias do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG, bem como, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Noutro plano, orçamento público pode ser visto como um processo contínuo e dinâmico, que traduz em termos financeiros, para determinado período (um ano), os planos e programas de trabalho do governo, corroborando a função primordial da gestão pública de estimar as receitas e fixar as despesas. Em seguida configura uma ferramenta do poder público para expressar seus programas de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos (receitas) a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios (despesas) a serem efetuadas. Ou seja, se configura como um instrumento de organização política da sociedade que tem como objetivo atingir a plena satisfação das necessidades da população (ANDRADE, 2007, pg. 37).

A fim de que o orçamento viesse a cumprir com essa realidade imposta pela sociedade, foi necessária a criação da lei de responsabilidade fiscal (LRF), a qual colaborou para que as peças orçamentárias tivessem maior notoriedade quanto a sua obrigatoriedade, necessidade e importância no processo de prestação de contas. Com isso, o setor público começou a organizar-se sob a nova sistemática de governabilidade prevista na lei. No entanto, a contabilidade pública só permite realizar despesa que estejam previamente autorizadas, por isso, além da necessidade explícita, os órgãos fiscalizadores forçam os administradores dos recursos a planejar seu orçamento o mais próximo da realidade possível, com estimativas de receitas e fixação de despesas, a fim de cumprirem esse ditame legal (ANDRADE, 2007, pg. 38).

Esta lei prevê, portanto, um mecanismo de maior controle nas contas públicas, bem como um maior rigor para que o governo não contrarie empréstimo ou dívida que não esteja no orçamento. No que diz respeito ao equilíbrio das contas públicas, o equilíbrio que a lei LRF busca é o equilíbrio autossustentável, ou seja, aquele que prescindir de operações de crédito e, portanto, sem aumento da dívida pública, o intuito é que os gastos sejam feitos com o dinheiro de que o governo dispõe, para que não se endivide.

A Lei de Responsabilidade Fiscal trabalha de forma harmônica com a lei 4.320 de 1964, sendo esta última a que normatiza as finanças públicas em nosso país. Enquanto esta estabelece as normas gerais para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços, aquela estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal, atribui à contabilidade pública, novas funções no controle orçamentário e financeiro, promovendo alterações que refletem no ensino e aprendizagem do referido componente curricular, bem como a vida dos que administram os recursos públicos (ROSA, 2013, pg. 60).

Para que a LRF cumprisse seus objetivos de manter maior controle organizacional e transparência do orçamento, foram também atribuídas novas e importantes funções à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. Desta forma, foi apresentado para os governos um conjunto de compromissos que dever ser assumido por meio das metas aprovadas.

De acordo com (CASTRO E GARCIA, 2008, pg.87) é apresentado um resumo das novas funções com impacto da LRF na LDO.

- Dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;
- Estabelecer critérios e formas de limitação de empenho, na ocorrência de arrecadação da receita inferior ao esperado, de modo a não comprometer as metas de resultado primário e nominal previstas para o exercício;
- Dispor sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento;
- Disciplinar as transparências de recursos a entidades públicas e privadas;
- Quantificar o resultado primário a ser obtido com vistas à redução do montante da dívida e das despesas com juros;
- Estabelecer limitações à expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Essas mudanças apontam uma base de sustentação institucional para a exigência de responsabilidade dos governantes com relação ao equilíbrio das contas públicas.

Ibidem, com relação à LOA, a LRF trouxe as seguintes exigências:

- Demonstrativo da compatibilidade do orçamento com as metas da LDO previstas no respectivo Anexo de Metas Fiscais;
- Previsão da reserva de contingência, em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL), destinada ao pagamento de passivos contingentes, além de outros imprevistos fiscais;
- Demonstrativo de efeitos sobre as receitas e as despesas decorrentes, anistias, isenções, subsídios etc.;
- Destaque do serviço da dívida (encargos mais amortizações), previsto contratualmente, e as receitas para esse fim, de acordo com o art.5º.

Nesse sentido, a Contabilidade pública ficou mais fortalecida, já que é o instrumento para a elaboração dos demonstrativos e balanços exigidos e é base das informações relativas à transparência da gestão pública, à apuração da responsabilidade pública e, conseqüentemente, à punição.

A lei também criou mecanismo que obrigou a contabilidade a manter contas específicas para controle de cada fonte e fazer registros Dados da Pesquisa, 2016.s, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados da forma individualizadas por fonte, pois era comum no meio orçamentário, os gestores públicos dar destinos diferentes para os recursos com vinculação na arrecadação sob o argumento de que a fonte mudou. Com o advento da LRF isso, não é mais possível fazer, pois, os recursos legalmente vinculados serão utilizados exclusivamente para atender ao objetivo de sua vinculação (CASTRO e GARCIA, 2008, pg. 83).

3.1 A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público

A partir de 2006, uma série de ações foi desenvolvida pelo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para a elaboração das primeiras normas Brasileira de contabilidade aplicada ao setor pública. A normatização avançou mais rapidamente em 2007, com a edição da resolução/CFC 1.111, de 29-11-2007, que aprovou o apêndice II da resolução/CFC 750, de 29-12-1993, que trata dos princípios de contabilidade, sob a perspectiva do setor público. Até então, registrava-se ausência de normas Brasileiras de contabilidade aplicada especificamente ao setor público. Em razão dessa ausência, foi dado o primeiro passo rumo à redução da distância normativa entre a contabilidade pública e a contabilidade societária, bem como às normas internacional de contabilidade pública.

Na busca dessa normatização e convergência contábil, o CFC submeteu à audiência pública as normas brasileiras de contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor público- NBC T 16.1-11, e as aprovou por meio das resoluções/CFC 1.128 a 1.137, todas de 21-11-2008. Essas normas, além de ser considerado um marco conceitual, constituem uma verdadeira revolução na contabilidade do setor público brasileiro. (ROSA, 2013, PG, 4).

Com intuito de reduzir ou eliminar as diferenças nas práticas, procedimentos e políticas contábeis, existente entre os países, se fez necessário o desenvolvimento do processo de convergência que teve como objetivo adoção das normas internacionais de contabilidade em busca de informações padronizadas e de maior qualidade.

No intuito de se fazer cumprir, esse processo de convergência, os órgãos competentes se comprometem a editar as normas internacionais no país. No que se refere ao setor privado, segue as *International Financial Reporting Standards-IFRS* editadas pelo *International Accounting Standard Board* – (IASB). No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC editou, com base nas (IFRS), os Pronunciamentos Contábeis, que são observados por diversas entidades normativas como Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Receita Federal do Brasil - RFB, entre

outras. Por outro lado, o setor público segue as *International Public Sector Accounting Standards* - IPSAS (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público), que são editadas pelo *International Federation of Accountants* - IFAC.

Seguindo a tendência mundial de aperfeiçoamento da contabilidade, o Ministério da Fazenda editou a Portaria/MF 184, de 25-08-2008, dispondo sobre as diretrizes a serem observadas pelos entes do setor público quanto aos procedimentos práticos, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A mencionada portaria determinou à Secretaria do Tesouro Nacional o desenvolvimento de ações específicas no sentido de promover a convergência dos procedimentos e práticas contábeis às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editada pelo CFC, e às Normas Internacionais de Contabilidade, publicada pelo IFAC.

Como parte desse processo, a STN edita anualmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, com base nas IPSAS e nas normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitando a legislação vigente. Papel importante também é desempenhado pelo CFC que editou, em 2008, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, de observância obrigatória para as entidades do setor público (União, Estados, Distrito Federal e Município). Outra ação importante no processo de convergência foi à tradução das IPSAS, que surgiu de um trabalho conduzido pelo Comitê Gestor da Convergência no Brasil, em uma ação conjunta do Conselho Federal de Contabilidade com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, com a cooperação técnica da Secretaria do Tesouro Nacional. (ROSA, 2013, pg. 5).

O novo modelo proposto, objetiva resgatar a essência da contabilidade aplicada ao setor público, ramo da ciência contábil, dando o enfoque adequado ao seu objeto, o patrimônio público. O processo de convergência visa modernizar os procedimentos contábeis, possibilitando a geração de informações úteis para o apoio à tomada de decisão e ao processo de prestação de contas e controle social. Além disso, permitirá a consolidação das contas nacionais, com a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional, baseado em procedimentos e registros padronizados utilizados pelos entes da Federação, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF 101/00).

Todos esses conteúdos abordados até aqui foram utilizados para formar a composição do componente curricular de contabilidade pública e fazer parte do ensino pelo o país afora. A partir desse momento, se faz necessário conhecer os métodos e procedimentos de ensino praticados no âmbito do CCHE/UEPB.

3.2As técnicas e procedimentos de ensino realizados no CCHE/ UEPB.

No intuito de realizarmos uma breve análise acerca dos procedimentos e técnicas adotadas na prática de ensino de contabilidade pública no âmbito do CCHE/UEPB. É que

inicialmente, o presente estudo passa a apreciar o projeto pedagógico em uso, onde se buscou saber o que este norteia no tocante as suas ações práticas e no que tange ao cumprimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, o ensino promove a formação de competências intelectuais e profissionais que estimulam a produção de conhecimento científico-cultural (pesquisa) é o engajamento da população com o processo de transformação social (extensão);

Percebe-se aqui que a pesquisa fomenta a produção de conhecimento científico que contribui para formar profissionais (ensino) e informar e beneficiar a população (extensão).

Já a extensão possibilita o acesso e articulação da sociedade ao conhecimento científico-cultural e dos educando aos problemas da sociedade, como também o diálogo com os saberes populares, gerando vivências que contribuem para a transformação das realidades locais e novos conhecimentos que podem ser refletidas pelo ensino e novamente problematizadas pela pesquisa, fechando o circuito epistemológico entre ensino, pesquisa e extensão.

No intuito de fazer cumprir o tripé de sustentação acadêmica, antes aludido, vislumbrando o desenvolvimento social, a UEPB/CCHE/Contábeis apresenta um projeto pedagógico, que contempla vários componentes curriculares com suas respectivas ementas. Assim como, os procedimentos metodológicos. Os quais orientam a maneira de se conduzir os trabalhos por parte dos docentes, onde estes se encontram como gestores no processo de ensino e aprendizagem.

Dentre os vários componentes curriculares contemplados no Projeto Pedagógico, há um em específico que nosso foco para este trabalho. Nesse caso, em particular, referimo-nos ao componente curricular de contabilidade e orçamento público de código (721504) do Centro de Ciências Humanas e Exatas- CCHE /UEPB. O qual destaca na sua unidade temática, orçamento público e a nova contabilidade pública segundo as normas brasileiras de contabilidade técnica 16.1 a NBC T 16.11. Já quanto aos procedimentos metodológicos, estes se encontram dispostos através de aulas expositivas, provas, trabalhos acadêmicos dissertativos e seminários apresentados em sala de aula. O cumprimento de tais procedimentos visa tão somente à capacitação dos futuros contadores para o exercício da profissão nas aziendas públicas, com o domínio da técnica e da prática contábil, de acordo com a legislação vigente, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Portanto este documento descreve a diversidade vivida e cultivada no âmbito do CCHE/UEPB refletido no cotidiano da prática de ensino e aprendizado do nosso curso, bem como os pressupostos, princípios e políticas globais da nossa instituição que norteia as ações de ensino, pesquisa e extensão, além de definir suas relações com a sociedade a qual pertence e da qual emana, com o estado, por ser uma de suas muitas instituições, com a realidade sócio-econômica-política-cultural da Paraíba.

3. METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

A metodologia utilizada no trabalho é de natureza qualitativa porque busca respostas de qualidade para que se tenha uma maior credibilidade em relação ao tema que está sendo estudado, ou seja, analisa o nível de conhecimento de um grupo específico sobre determinada matéria, mas também é de cunho quantitativo porque espera obter maior quantidade possível de questionários.

A esse respeito, Marconi e Lakatos (2008), destacam que “essa abordagem qualitativa, objetiva descrever, analisar e interpretar os processos e significados do assunto”.

Quanto a visão de Fonseca (2000), no que tange a pesquisa este se esmera ao dizer: “a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado”.

No sentido de descrever a disposição com que a presente pesquisa se mostra desenvolvida, é importante destacar os dois principais aspectos referentes à construção da intitulada pesquisa, ou seja, quanto ao tipo de pesquisa, essa pode ser identificada, quanto aos fins utilizados, bem como, pelo os seus meios.

Começando pelos seus fins é possível classificar nesta pesquisa os três grandes grupos, conforme (GIL, 2007, PG, 42), que destaca em:

Exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por essa natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa.

Em vista disso, o presente trabalho é baseado nos resultados de uma consulta realizada com um pequeno grupo de pessoas com o objetivo de obter o conhecimento de determinada área específica da qual não se tem registro.

Descritiva, expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

A presente pesquisa é descritiva pelo seguinte fato, pois se propõem a estudar um determinado nível de conhecimento de um pequeno grupo, visando conhecer a percepção sobre determinado método de ensino.

Explicativa: Tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribui de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno.

Já este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam, ou que contribuem, para a ocorrência dos fenômenos. (GIL, 2007). Evidencia que este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos.

De acordo com o autor Gil, o presente trabalho tem uma preocupação central em identificar os meios pelos quais se procedem na pesquisa.

Bibliográfico “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material público em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.” Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesmo. Este tipo de pesquisa é parte obrigatória de toda pesquisa científica, por constituir um levantamento de pesquisa já existente, em relação ao trabalho.

Assim, o presente trabalho analisa as principais publicações disponíveis como livros, artigos e monografias, referente à área, a fim de conhecer o que foi mais importante produzido em relação ao tema em estudo, com o intuito de subsidiar o referencial teórico da pesquisa.

Estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo. A presente pesquisa se enquadra nessa modalidade, pós focalizam seu estudo apenas em um pequeno grupo, com o intuito de descobrir o que há nele de mais essencial e característico.

Pesquisa documental é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros. Esta apesar de se assemelhar com a pesquisa bibliográfica refere-se, a materiais que não receberam ainda um tratamento mais aprofundado, ou seja, não foram analisados na sua totalidade, diferenciando desta forma da bibliográfica.

Esta pesquisa se enquadra nesta modalidade pós, utilizou-se de documento do projeto pedagógico para alcançar um objetivo, sem que tenha dado algum tratamento analítico,

Pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. É um levantamento voltado a extrair através de técnica, conhecimento sobre determinado grupo, ainda não estudada.

Noutro ponto, (GIL, 1999, PG, 70), descreve os meios pelos os quais a pesquisa de campo deve se prosseguir.

Caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecerem. Basicamente, procede-se a solicitação das informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter conclusões correspondentes aos dados coletados.

De acordo com essa visão, o presente trabalho buscará obter as informações necessárias a realização da pesquisa, através de uma investigação na população em estudo, que é composta de discentes e docentes da CCHE/UEPB, no semestre de 2015.2.

Quantos aos procedimentos para a obtenção da coleta de dados: são explicadas as formas que se deve proceder de acordo com (Vergara, 2003, p. 54- 55). Que destaca:

Questionários “caracteriza-se por uma série de questões apresentadas ao respondente, por escrito. Às vezes, é chamado de teste, como é comum em pesquisa psicológica; outras, é designado por escala, quando quantifica respostas. O questionário pode ser aberto, pouco ou não estruturado, ou fechado, estruturado. No questionário aberto, as respostas livres são dadas pelos respondentes; no fechado, o respondente faz escolhas, ou pondera, diante de alternativas apresentadas.

Com base nessa descrição o presente trabalho se utiliza desse mecanismo para a coleta de dados, convém ressaltar, que no período de construção da pesquisa foi produzido um questionário; fechado e aberto, visando obter resposta para um problema, a fim de extrair informações que possa compor parte da pesquisa.

Desta forma o presente trabalho se utiliza dessas instruções para a coleta de dados, no dia 28/04/2016, foram aplicados 29 questionários dos quais todos foram respondidos. Já para obtenção das informações com os docentes foi enviada, por meio de e-mail, que da mesma forma foram respondidos de forma integral.

No entanto, no que se refere à forma, ou, maneira utilizada na pesquisa para o processamento dos dados, fora feita com utilização de planilha de *Excel* visando transformar os dados brutos coletados em informações que permitirão as análises e as interpretações.

4. ANÁLISE DOS DADOS

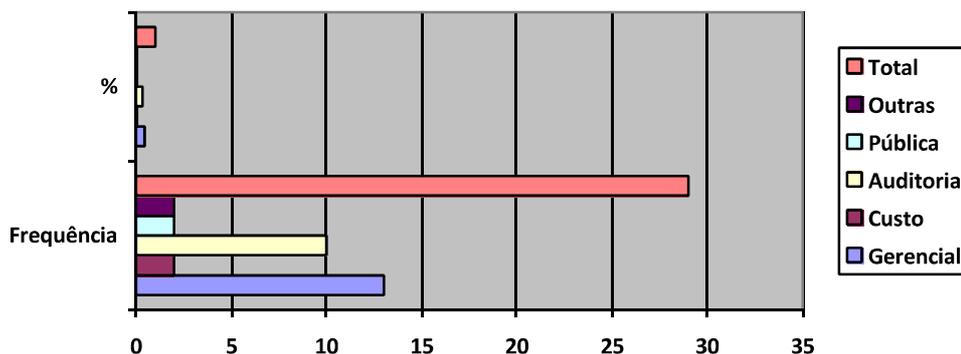
A pesquisa foi elaborada com a utilização de *software* e calculadora científica para a aplicação e levantamento dos dados da pesquisa, no campus; Centro de Ciências Humanas e Exatas - CCHE/UEPB. Foi pesquisada uma amostra de 29 discentes que atualmente cursam o oitavo e nono período, do curso de ciências contábeis do CCHE, através de um questionário com perguntas fechadas. Todos responderam sem exceção e puderam contribuir de forma positiva para o sucesso da pesquisa. Também dois professores da área, ou seja, conhecedores do assunto foram convidados a se pronunciar a respeito do tema através de um questionário. Os questionários são apresentados na íntegra nos anexos I, II e III desta pesquisa.

A partir deste momento a pesquisa apresenta um questionário com as respectivas análises realizadas com os discentes.

Na primeira pergunta foi questionado: Qual é sua área de interesse na contabilidade?

Os respondentes se manifestaram conforme tabela ou gráfico abaixo.

Gráfico 01: Área de interesse na contabilidade

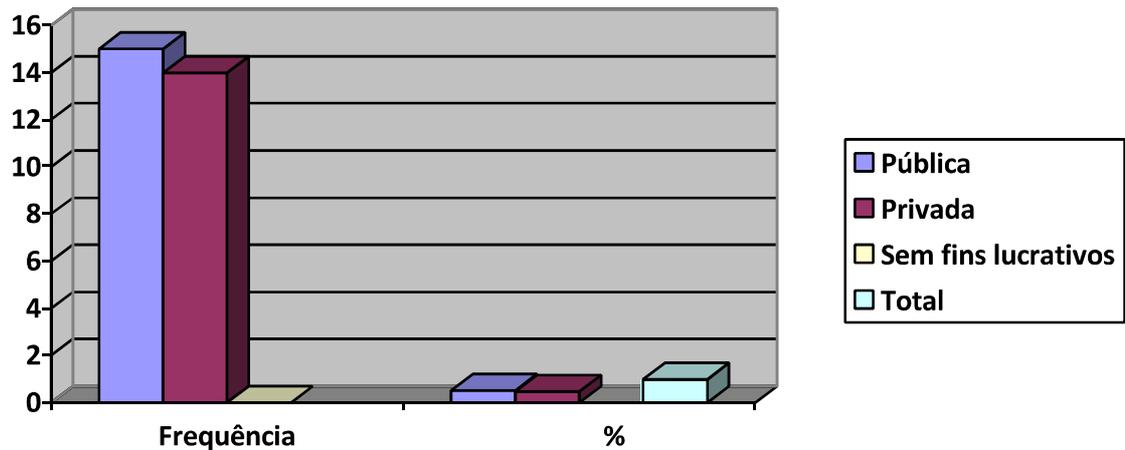


Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Como bem percebido no gráfico, quando perguntado qual era área de interesse na contabilidade, houve uma distribuição de frequência em todas as áreas mencionadas, chamando a atenção para ordem decrescente começando pela gerencial com 44,82% em seguida a auditoria com 34,48% e as demais áreas de custo, pública e outras, tiveram a mesma frequências de 6,89%. Percebe-se desse modo o baixo interesse em atuar na área pública, isso se comparado as que mais se destacam.

Com o intuito de saber qual era o seguimento que o discente pretende seguir; foi formulada a seguinte pergunta: Em que tipo de entidade você pretende trabalhar?

Gráfico: 2: Que tipo de entidade você pretende trabalhar



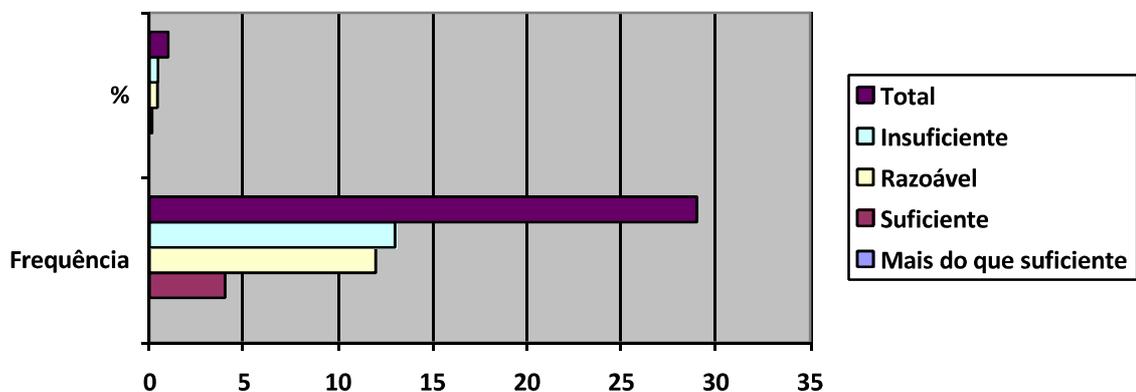
Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Os dados acima mostram que em torno de 51,72% dos entrevistados pretende trabalhar em entidade pública, por conseguinte, 48,27% dos entrevistados se vêem trabalhando no setor privado, já para, sem fins lucrativos, os respondentes não demonstraram nem um interesse. Aqui se denota uma relativa desconsonância entre a questão que exprimi interesse e área pretendida de se atuar. Pois se percebe que mais da metade pretende trabalhar na área pública, no entanto não se interessam na mesma gramatura ou representatividade. O que nos leva a avaliar que por mais que os discentes questionados não se interessem pela área pública em termos de estudo estes pretendem, em sua maior parte, atuarem na referida área.

Natural é que ao término do curso surjam questionamentos por parte do discente, especialmente acerca de se julgarem preparados para o mercado de trabalho, pensando nessa indagação foi formulada a seguinte questão:

Considerando o ramo público, você, se acha preparado (a) para assumir tamanha responsabilidade com o conhecimento adquirido com os componentes contemplados em nossa grade curricular?

Gráfico 3: Estão preparados para assumir tamanha responsabilidade com o conhecimento adquirido

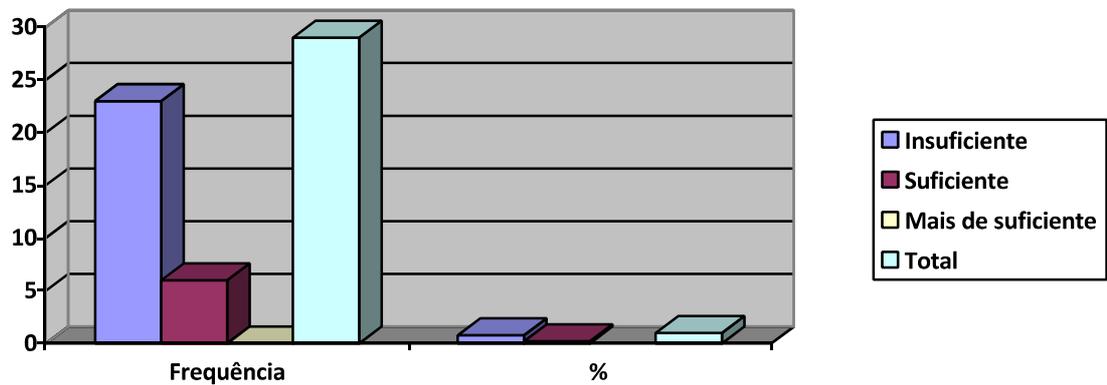


Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

É possível ver que, 44,82% afirmam que não se sentem preparados, tal fato é compreensível pós, área pública é complexa. Por conseguinte, 41,37% dos entrevistados responderam que tem conhecimento razoável. E por fim, 13,79% dos discentes responderam que tem conhecimento suficiente para prosseguir no seguimento da área pública.

Ainda persistindo na questão do nível de conhecimento, mais sem impou compromisso formulou-se a seguinte pergunta: Como você avalia seu grau de conhecimento adquirido no componente curricular de contabilidade pública?

Gráfico 4: O grau de conhecimento adquirido no componente de contabilidade pública

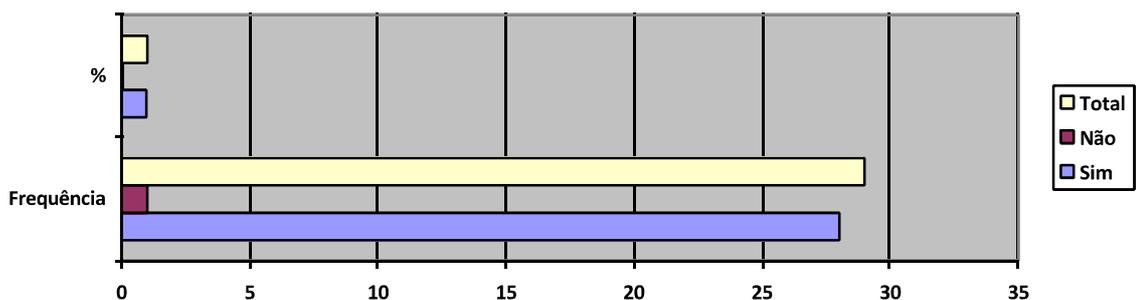


Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

De acordo com a gráfico os discentes foram convidado a fazer uma auto avaliação sobre seu grau de conhecimento referente a contabilidade pública, dos quais, 23 dos que assinaram a frequência, que corresponde a 79,31%, se julgam não ter conhecimento suficiente em contabilidade pública. Por outro lado 20,68% dos que responderam se dizem ter conhecimento suficiente na matéria em discussão.

Procurando saber se os discentes têm alguma preocupação referente à ampliação de conteúdo na disciplina que compõem a contabilidade pública. Desta forma, foi elaborada a seguinte questão. Em sua opinião, a nossa grade curricular devia dar mais ênfase a contabilidade pública?

Gráfico5: Se a grade devia dar mais ênfase à contabilidade pública

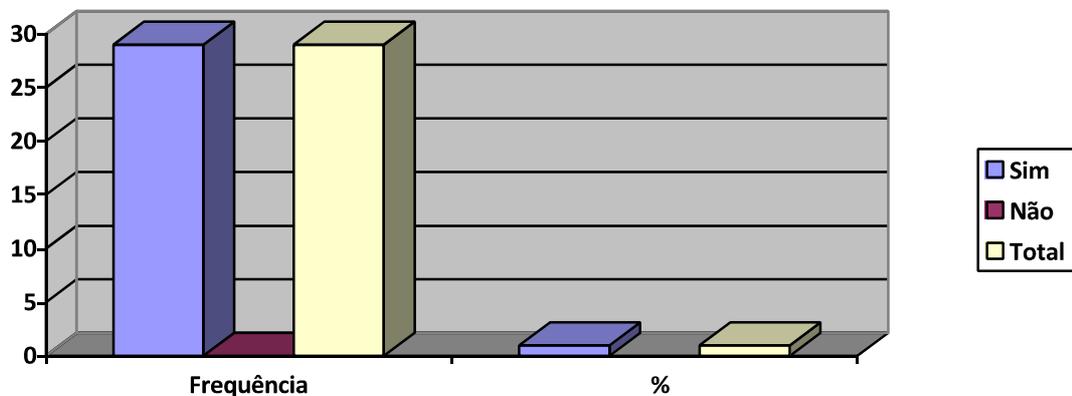


Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Como poderão perceber acima, há uma preocupação evidente sobre o aumento de conteúdo referente à contabilidade pública, quando, 96,55% dos respondentes concorda que agrade curricular de contabilidade pública devia dar mais ênfase com ampliação de conteúdos. Há uma porcentagem muito pequena que discorda deste fato, quando apenas, 3,44% confirma o contrário.

Com o intuito de contribuir para o ensino e aprendizagem sobre determinada matéria com a possibilidade de unir a teoria com a prática. Elaboramos a seguinte pergunta: **Você concorda, que em virtude da reforma de nosso projeto pedagógico, caso fosse acrescentado um componente curricular de estágio em nossa grade curricular, pertinente a contabilidade pública, nosso curso ficaria mais proveitoso?**

Gráfico 6: Se no nosso projeto pedagógico fosse acrescentado um componente de estágio

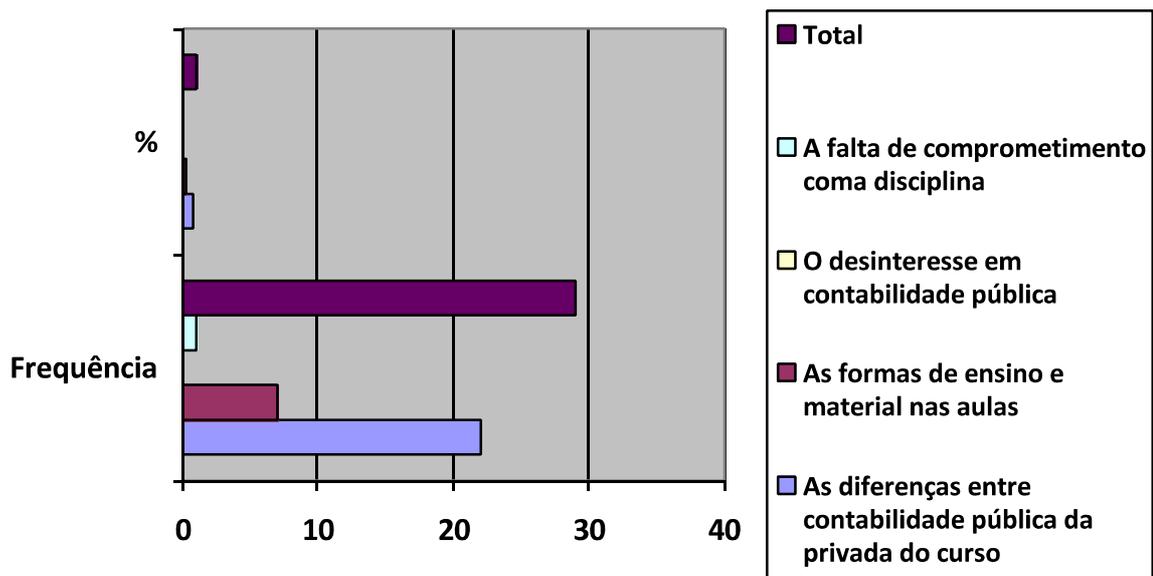


Fonte Dados da Pesquisa, 2016.

Conforme visto acima e de forma unânime, 100% dos respondentes acreditam que devia ter um componente curricular de estágio, assim como acontecem na contabilidade privada. Sobre este aspecto, não se tem notícias de que este fato foi cogitado no âmbito da discussão da revisão do projeto pedagógico, mas uma coisa é certa, os discentes sentem falta de uma cadeira de estágio referente à contabilidade pública.

Objetivando saber os empecilhos em assimilar os conteúdos referentes à área pública. Fez-se perguntar: **Você teve dificuldade em assimilar os conteúdos sobre a área de contabilidade pública, qual motivo?**

Gráfico 7: Se teve dificuldade em assimilar os conteúdos da área de contabilidade pública

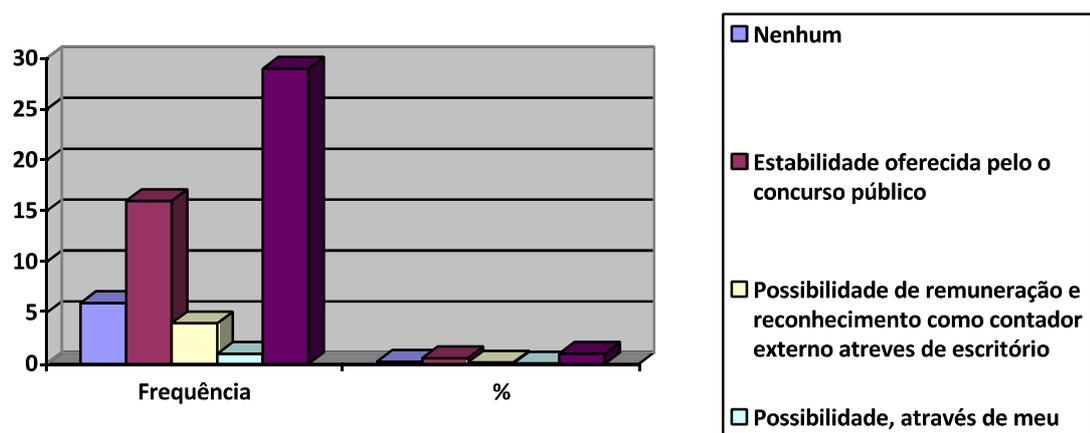


Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Os dados acima mostram as dificuldades que alguns têm em assimilar os conteúdos. Quando 75,86% dos discentes apontaram para as diferenças entre a contabilidade pública da privada, ou seja, aprender uma nova contabilidade. Já os 24,13% dos respondentes não se simpatizaram com os métodos de ensino utilizados na sala de aula, bem como, com o material trabalhado. Apenas 3,44% revelam sua falta de comprometimento com a disciplina.

Procurando os motivos pelos quais o influenciaram em optar pela área pública, foi formulado a seguinte pergunta: Quais foram os principais fatores que o influenciaram em optar pela área pública, como sendo, aquela na qual você pretende militar profissionalmente?

Gráfico 8: Os principais fatores que o influenciaram em optar pela área pública



Fonte Dados da Pesquisa, 2016.

Conforme observado no gráfico e de forma bem distribuídas 55,15% dos respondentes confirmaram a estabilidade oferecida pelo o concurso público, ou seja, alguns fazem contabilidade visando o concurso público, No entanto, apenas 13,97% conseguem ver a possibilidade de reconhecimento como contador externo na modalidade de escritório dedicado

a essa área em particular. E em seguida a possibilidade de contribuir para a moralidade do setor público chegando a 3,44%.

4.1. Análises dos questionários aplicados com os docentes

O questionário foi aplicado com os professores que já ministraram aulas no departamento de ciências contábeis do Centro de Ciências Humanas e Exatas- CCHE/UEPB. Foram questionados alguns pontos como, o motivo da dificuldade de aprender contabilidade pública pelos os discentes do CCHE; se de fato existe; também se questionou acerca dos métodos e conteúdos ensinados no tocante ao aspecto de atendimento das necessidades do mercado; sobre o acréscimo de mais um componente curricular na grade do curso de ciências contábeis da instituição; tendo ainda os questionamentos em tela convocado os respondentes a expor sua opinião sobre a união da teoria com a prática no ensino da contabilidade pública; e por fim, como anda o mercado de trabalho. Os questionários são apresentados na íntegra nos anexos I, II e III desta pesquisa.

A primeira a responder a pesquisa foi à ex-professora Helena Alves que lecionava a componente curricular de contabilidade pública no CCHE entre 2010 e 2013. Quando questionada sobre as dificuldades dos discentes em aprender contabilidade pública e que iniciativas poderiam ser tomadas para corrigir tais dificuldades. Caso elas existam.

A professora foi bem realista, crer que cada aluno possui seu ritmo de aprendizado e existem alunos auditivos, visuais e sinestésicos. Diante disto, tendo em vista que a contabilidade pública requer exposição de conteúdo teórico, alguns podem ter dificuldades, mas, devido à necessidade de conhecimento de Leis e Normas, já outros podem ter dificuldades de se dedicar a leitura sistemática dos livros, como por exemplo, os manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Quando questionada sobre os conteúdos e os métodos de ensinados utilizados nas aulas referentes às necessidades do mercado; a professora crer, que em nenhum componente curricular, os conteúdos e os métodos de ensino utilizados na sala de aula, atende a total necessidade que o mercado exige. Para ela, a universidade lhe garante o conhecimento mínimo para que possa ingressar no mercado, mas para se tornar um profissional preparado, cada pessoa vai precisar, além do conteúdo ensinado na Universidade, esforço e dedicação à profissão, além do que, a dinâmica do mercado exige do profissional mais do que o conhecimento formal.

No entanto, a professora fez algumas observações importantes no que se refere à ementa de tais componentes no CCHE, segundo ela, poderia melhorar no que diz respeito, à realidade do mercado, poderia ser mais específico, pois existem conteúdos na ementa que não são tão exigidos no mercado e outros conteúdos que são exigidos no mercado, sequer são citados.

Com relação ao acréscimo de componente na grade curricular, a professora concordou, Sim, devido à dedicação aos conteúdos. Um exemplo seria dividir Procedimentos Contábeis

Orçamentários dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais. (Orçamento Público separado de Contabilidade Pública). Para a respondente isso contribuiria, sobre maneira, o desempenho didático.

Quando foi questionada sobre a possibilidade de unir a teoria com a prática a professora foi bem enfática e prudente em dizer que a questão não é ser atraente, juntar a teoria e a prática faz parte do ensino eficácia da disciplina. Caso a prática não seja exposta para o aluno, corremos o risco de cairmos no dito popular de que no ensino público "o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende". Precisamos nos esforçar para quebrar esse ciclo, é um trabalho de formiguinhas, cada um se esforçando em fazer sua parte, com ética e compromisso, tanto os docentes, como os discentes, um entendendo as limitações do outro. Segundo a professora o CCHE devia dispor de programa de software que facilitasse a assimilação do conteúdo, teoria e prática. Para a ela, tais medidas, podem auxiliar os discentes no aprendizado da Contabilidade Pública:

- Docentes aprimorarem a didática para deixar as aulas mais dinâmicas no sentido de conciliar a teoria com a prática;

- Discentes se conscientizarem que não podem obter conhecimento sem se dedicar a leitura dos livros indicados na ementa da disciplina;

- O CCHE se já não tiver, devia entrar em contato com as empresas do mercado que oferecem estes tipos de serviço, com a finalidade de adquirir *softwares* para auxiliar os discentes.

Quando foi questionada a expor sua opinião sobre o mercado de trabalho; a professora foi precisa em dizer, que a contabilidade pública é um ramo carente de bons profissionais e possui um retorno financeiro satisfatório. Faça uma análise, quanto custa para se fazer a contabilidade de um empresa tributada pelo Lucro Real e compare quanto paga uma prefeitura pelos serviços contábeis? Compare quanto recebe um contador responsável pelo setor pessoal em uma empresa de contabilidade e veja quanto recebe um contador de uma instituição pública federal, por exemplo. O ramo é atraente financeiramente, mas é difícil de entrar e requer conhecimento sólido. Não é qualquer profissional que consegue se firmar nesse mercado há uma série de fatores envolvidos. Mas é um mercado sólido, que contém seus desafios, mas que pode trazer realização profissional, mas isso depende do tipo de profissional que o aluno se tornará.

Utilizando-se dos mesmos questionamentos acima mencionados, o professor Humberto Cruz contribui com os seguintes argumentos, reproduzido no anexo III desta pesquisa.

Quando questionado sobre as dificuldades dos discentes em aprender contabilidade pública e que iniciativas poderiam ser tomadas para corrigir tais dificuldades. Caso elas existam. O professor respondeu que sim, contudo, defende mais leitura por parte dos discentes e atividades práticas em laboratório contábil.

Quando questionado, sobre os conteúdos e os métodos de ensino utilizados nas aulas referentes às necessidades do mercado; o professor acredita que os conteúdos e os métodos de ensino utilizados nas aulas, são os cobrados ou, exigido no mercado.

Já quando questionado com relação ao acréscimo de componente na grade curricular do curso de ciências contábeis; o professor concordou, descrevendo com certeza, o ramo público ficaria mais proveitoso.

Noutro ponto, quando questionado sobre a possibilidade de unir a teoria com a prática; o professor acredita que sim, o tornaria mais atraente.

Por último foi questionado a expor sua opinião sobre como anda o mercado de trabalho; ao que o respondente respondeu que este, está bastante em alta devido ao processo de convergência contábil.

4.2. Correlações de ponto de vista dos discentes e docentes.

É possível observar com base nos questionários que houve um consenso, entre discentes e docentes, sobre o assunto em pauta.

Quanto ao questionamento que permeia sobre as dificuldades em assimilar os conteúdos referentes à contabilidade pública; mais de 75% responderam que sim, tem dificuldades em assimilar esses conhecimentos. Tendo esse mesmo entendimento, os docentes acreditam que existem sim, tais dificuldades, porém, apontam o caminho facilitador para sanar essas dificuldades, sugere a leitura de livros voltados pra área.

Outra correlação que chama a atenção dos respondentes e, especialmente dos discentes, foi a possibilidade de unir a teoria com a prática. 100% dos discentes participantes da presente responderam positivamente. Os docentes têm esse mesmo entendimento; segundo Helena, unir a teoria com a prática faz parte da eficácia de ensino; já Humberto, apontou a importância de atividades prática em laboratório contábil. Da mesma forma acontece com outra questão quando sugere mais ênfase na contabilidade pública, houve o mesmo entendimento entre ambos.

Ainda foi passível identificar divergência entre docentes nas respectivas respostas; quando foi perguntado a ambos, se os conteúdos e os métodos de ensino abordados em sala de aula, referente à contabilidade pública atende a necessidade que o mercado exige? Segundo o professor Humberto, os conteúdos e os métodos de ensino, desenvolvidos em sala de aula, suprem sim, a necessidade que o mercado exige. Ao contrário, a professora Helena, crer que em nenhum componente, os conteúdos e os métodos de ensino utilizados em sala de aula, atende a total necessidade que o mercado exige. Mas, confirma que a universidade lhe garante o conhecimento mínimo para que possa ingressar no mercado.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo geral Investigar se os formandos 2015.2, do curso de ciências contábeis, do CCHE/ UEPB, têm conhecimento suficientes para ingressar no seguimento da área pública, verificaram-se as técnicas e procedimentos adotado na prática de ensino referente á contabilidade pública, e como objetivos específicos, avaliaram a percepção de desenvolvimento do aprendizado dos discentes através de questionários.

A pesquisa foi realizada no último período do ano letivo, junto contou com vinte nove discentes e dois docentes no âmbito do CCHE.

Analisando as dados obtidos nos questionários aplicados pode-se observar que, a maioria embora tenha interesse em ingressar na área pública, porém não tem conhecimento suficiente para assumir tamanha responsabilidade, concernente ao grau de conhecimento adquirido no componente curricular de contabilidade pública 79,% dos respondentes discentes avaliou como insuficiente.

Por outro lado, foi questionada a importância de dar mais ênfase à contabilidade pública 96% acredita que deve ampliar os conteúdos da nossa grade curricular, assunto este, que já está em discussão e formatação quando da revisão do projeto pedagógico, em curso ao tempo que o presente se deu.

Outro ponto identificado na pesquisa foi à necessidade de se ter um componente curricular de estágio para unir à teoria a prática, quando colocado essa possibilidade aos presentes as respostas foram unânimes, posto que esta consciência faz parte da eficácia de ensino já absorvida pelos acadêmicos.

Aqui e em tempo, apresentam-se algumas sugestões ou caminhos facilitadores que não de pontuar e sanar as destacadas dificuldades são elas: leitura de livros, leis e normas, os manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional indicados pelos docentes, e por fim, *softwares* para auxiliar os docentes no processo de ensino, bem como aos discentes na aprendizagem e assimilação dos conteúdos abordados.

Ainda na mesma corrente propositiva, percebe-se aqui a oportunidade em sugerir aos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis – CCHE-UEPB, e demais interessados pelo o tema ora discutido, que aprofundem tais demandas, uma vez que o conteúdo neste abordado não se dá por encerrado. Contribuindo assim, estes proeminentes pesquisadores darão também ao seu tempo e modo sua pertinente parcela na construção de uma melhor prática de ensino e aprendizado da contabilidade pública em nosso meio e, por conseguinte em nosso país.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Garcia. et al. **Contabilidade pública no governo federal**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 14º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 5º edição. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIMA, Castro. et al. **Contabilidade pública**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- SÁ, Antônio Lopes de. **História geral da contabilidade no brasil**. I. Título. Brasília: Pallotti, 2008.
- SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ROSA, Maria Berenice, **Contabilidade aplicada ao setor público**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- Filho, João Eudes Bezerra, **Contabilidade pública**. 3ªed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- Execução Orçamentária**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/execucao-orcamentaria?redirect=http%3A%2F%2Fwww.tesouro.fazenda.gov.br%2Fhome%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_keywords%3DLQA%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F%26_3_y%3D0%26_3_x%3D0>. Acesso em: 22 de fevereiro. 2016.
- História do SIAFI**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/execucao-orcamentaria?redirect=http%3A%2F%2Fwww.tesouro.fazenda.gov.br%2Fhome%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_keywords%3DLQA%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F%26_3_y%3D0%26_3_x%3D0>. Acesso em: 23 de março. 2016
- Projeto Pedagógico**. Disponível em: <<http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/projeto-pedagogico-de-curso/>>. Acesso em: 23 de março. 2016.
- Manual de contabilidade**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/execucao-orcamentaria?redirect=http%3A%2F%2Fwww.tesouro.fazenda.gov.br%2Fhome%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_keywords%3DLQA%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F%26_3_y%3D0%26_3_x%3D0>. Acesso em: 26 de março. 2016

ANEXO I

Questionário aplicado aos discentes formandos 2015.2, do curso de ciências contábeis, do Centro de Ciências Humanas e Exatas- CCHE/UEPB.

1. Qual é sua área de interesse na contabilidade?

- Gerencial
- Custo
- Auditoria
- Pública
- outras, Qual? _____.

2. Em que tipo de entidade você pretende trabalhar?

- Pública
- Privada
- Sem fins lucrativos

3. Considerando o ramo público, você, se acha preparado (a) para assumir tamanha responsabilidade com o conhecimento adquirido com os componentes contemplados em nossa grade curricular?

- mais do que suficiente
- suficiente
- razoável
- insuficiente

4. Como você avalia seu grau de conhecimento adquirido no componente curricular de contabilidade pública.

- Insuficiente
- Suficiente
- Mais de que suficiente

5. Na sua opinião, a nossa grade curricular devia dar mais ênfase a contabilidade pública.

- Sim
- Não

6. Você concorda, que em virtude da reforma de nosso projeto pedagógico, caso fosse acrescentado um componente curricular de estágio em nossa grade curricular, pertinente a contabilidade pública, nosso curso ficaria mais proveitoso?

Sim

Não

7. Você teve dificuldade em assimilar os conteúdos sobre a área de contabilidade pública, qual motivo?

As diferenças entre a contabilidade pública da contabilidade privada, base do nosso curso.

Devido ao meu desinteresse em contabilidade pública.

As formas de ensino e material nas aulas

A minha falta de comprometimento com a disciplina

8. Quais foram os principais fatores que o influenciaram em optar pela área pública, como sendo, aquela na qual você pretende militar profissionalmente?

Nenhum

Estabilidade oferecida pela concurso público.

Possibilidade de remuneração e reconhecimento como contador externo através de escritório próprio dedicado a essa área em particular.

Possibilidade, através de meu exercício profissional, contribuir para a moralidade do setor, assim como, favorecer o controle social sobre a coisa pública.

ANEXO II

Questionário

Questionário aplicado com a ex-professora Helena Alves do Centro de Ciências Humanas e Exatas –CCHE /UEPB administrou aulas entre 2010 a 2013.

1. O Sr.(a) julga que os discentes do curso de ciências contábeis do CCHE tem dificuldade no aprendizado da contabilidade pública? Que iniciativas poderiam ser tomadas para corrigir tais dificuldades? Caso elas existam.

R/ Creio que cada aluno possui seu ritmo de aprendizado, existem alunos auditivos, visuais e cinestésicos. Diante disto, tendo em vista que a Contabilidade Pública requer exposição de conteúdo teórico, alguns podem ter dificuldades e ainda, devido a necessidade de conhecimento de Leis e Normas alguns outros podem ter dificuldades de se dedicar a leitura sistemática dos livros, como por exemplo, os manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional. Quanto a aplicação prática dos conteúdos como a elaboração das Demonstrações e outros relatórios exigidos por lei, o mercado dispõe de softwares e o CCHE (Não sei se já existe, mas nos períodos que ministrei a disciplina) não dispunha de materiais adequados em que pudéssemos associar o conteúdo teórico e a prática.

Medidas que podem auxiliar os discentes no aprendizado da Contabilidade Pública:

- Docentes aprimorem a didática para deixar as aulas mais dinâmicas no sentido de conciliar a teoria com a prática;
- Discentes se conscientizarem que não podem obter conhecimento sem se dedicar a leitura dos livros indicados na ementa da disciplina;
- O CCHE se já não tiver, entrar em contato com o empresas do mercado com a finalidade de adquirir softwares para auxiliar

2. Na sua avaliação, os conteúdos e os métodos de ensino utilizados na sala de aula, referente à contabilidade pública, atende a necessidade que o mercado exige?

R/ Creio que em nenhuma disciplina, os conteúdos e os métodos de ensino utilizados na sala de aula, atende a total necessidade que o mercado exige. A universidade lhe garante o conhecimento mínimo para que possa ingressar no mercado, mas para se tornar um profissional preparado, cada pessoa vai precisar, além do conteúdo ensinado na Universidade, de disciplina, esforço e dedicação à profissão, além do que, a dinâmica do mercado exige do profissional mais do que o conhecimento formal. No entanto, penso que a Ementa da disciplina no CCHE, poderia melhorar no que diz respeito, à realidade do mercado, poderia ser mais específico, pois existem conteúdos na ementa que não são tão exigidos no mercado e outros conteúdos que são exigidos no mercado, sequer são citados.

3. Qual a sua opinião, caso fossem acrescentados componentes da área pública na grade curricular do curso de ciências contábeis de nossa instituição, o ramo público ficaria mais proveitoso?

Sim, devido a dedicação aos conteúdos. Um exemplo seria dividir Procedimentos Contábeis Orçamentários dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais. (Orçamento Público separado de Contabilidade Pública). Creio que realmente melhoraria didaticamente.

4. Em sua opinião, a união da teoria com a prática no ensino da contabilidade pública, a exemplo do que já se faz na contabilidade privada, o tornaria mais atraente?

A questão não é ser atraente, juntar a teoria e a prática faz parte do ensino eficaz da disciplina. Caso a prática não seja exposta para o aluno, corremos o risco de cairmos no dito popular de que no ensino público "o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende". Precisamos nos esforçar para quebrar esse ciclo, é um trabalho de formiguinhas, cada um se esforçando em fazer sua parte, com ética e compromisso, tanto os docentes, como os discentes, um entendendo as limitações do outro.

5. Na sua opinião, como anda o mercado da contabilidade pública?

Contabilidade Pública é um ramo carente de bons profissionais e possui um retorno financeiro satisfatório. Faça uma análise, quanto custa para se fazer a contabilidade de um empresa tributada pelo Lucro Real e compare quanto paga uma prefeitura pelos serviços contábeis? Compare quanto recebe um contador responsável pelo setor pessoal em uma empresa de contabilidade e veja quanto recebe um contador de uma instituição pública federal, por exemplo. O ramo é atraente financeiramente, mas é difícil de entrar e requer conhecimento sólido. Não é qualquer profissional que consegue se firmar nesse mercado, há uma série de fatores envolvidos. Mas é um mercado sólido, que contém seus desafios, mas que pode trazer realização profissional, mas isso depende do tipo de profissional que o aluno se tornará.

ANEXO III

Questionário aplicado com o professor Humberto, titular do curso de ciências contábeis, do Centro de Ciências Humanas e Exatas- CCHE/UEPB.

1. O Sr.(a) julga que os discentes do curso de ciências contábeis do CCHE tem dificuldade no aprendizado da contabilidade pública? Que iniciativas poderiam ser tomadas para corrigir tais dificuldades? Caso elas existam.

R/ Sim, mais leitura por parte dos alunos e atividades práticas em laboratório contábil.

2. Na sua avaliação, os conteúdos e os métodos de ensino utilizados na sala de aula, referente à contabilidade pública, atende a necessidade que o mercado exige? R/ Sim

3. Qual a sua opinião, caso fossem acrescentados componentes da área pública na grade curricular do curso de ciências contábeis de nossa instituição, o ramo público ficaria mais proveitoso? R/ com certeza

4. Em sua opinião, a união da teoria com a prática no ensino da contabilidade pública, a exemplo do que já se faz na contabilidade privada, a tornaria mais atraente? R/ Sim

5. Na sua opinião, como anda o mercado da contabilidade pública?

R/ Bastante em alta devido ao processo de convergência contábil.